



CAÁLA
INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO

DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARIA VANALA JÚLIO

**PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE UM CENTRO PARA PALESTRAS,
DEBATES E CONFERÊNCIAS SOBRE A VALORIZAÇÃO DOS
LOCAISHISTÓRICOS NO MUNICÍPIO DA CAÁLA**

CAÁLA, 2023

MARIA VANALA JÚLIO

**PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE UM CENTRO PARA
PALESTRAS, DEBATES E CONFERÊNCIAS SOBRE A
VALORIZAÇÃO DOS LOCAISHISTÓRICOS NO MUNICÍPIO DA
CAÁLA**

Relatório do PFC apresentado ao Departamento de Ensino e Investigação em História, do Instituto Superior Politécnico da Caála, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Ladislau Profírio Amadeu, Lic.

CAÁLA, 2023

À minha família, especialmente aos meus amados pais e ao meu querido esposo.

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer a Deus, por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho e por fazer com que os meus objectivos fossem alcançados.

Ao Instituto Superior Politécnico da Caála, pela dedicação e por tudo o que aprendi ao longo dos anos de formação.

Ao colectivo de professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência, os quais guiaram o meu aprendizado.

À minha família, especialmente aos meus pais e ao meu amado esposo, bem como, aos nossos estimados filhos.

Agradeço, de igual modo, aos meus estimados irmãos, por todo o apoio prestado ao longo da minha formação.

Ao Professor Ladislau Profírio Amadeu, meu orientador, por todo o afecto, paciência e, acima de tudo, pela cientificidade prestada ao longo da elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante a minha formação, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formanda.

E a todos que, directa ou indirectamente, ajudaram para a realização deste trabalho.

“ Um povo sem o conhecimento da sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raiz ”.

Marcus Garvey

RESUMO

O presente trabalho, vai contribuir para o enriquecimento bibliográfico no ensino da História. A pouca abordagem, sobre o assunto, convida-nos a darmos o nosso contributo na sua investigação e divulgação. O trabalho tem como situação problemática a Desvalorização dos locais históricos. A pesquisa tem como objectivo geral: Propor acções para a criação de um centro de palestras, debates e conferências sobre a valorização dos locais históricos no Município da Caála. Para dar resposta ao problema, recorreu-se aos seguintes métodos: método empírico, crítico e hermenêutico. Usou-se a pesquisa bibliográfica, e a descritiva. Foi aplicada a técnica de inquérito por entrevista. Fez-se uma análise da valorização dos locais históricos, e do papel das autoridades tradicionais na conservação dos locais históricos. Quanto aos resultados, a maioria dos inquiridos afirmou a necessidade da implementação do centro e posteriormente ministrar palestras sobre o mesmo com vista a melhorar o processo de ensino/aprendizagem e conseqüentemente, aumentar o nível de conhecimento dos estudantes e da comunidade em si, sobre a importância da valorização dos locais históricos. Já na fundamentação teórica procurou-se falar do actual estado de conservação dos locais históricos do Município, onde os resultados mostraram que o actual estado de conservação e preservação dos locais históricos é razoável. Para a solução do problema, temos como proposta: A Criação de um centro para palestras, debates e conferências, sobre a valorização dos locais históricos da Caála. Desta feita, é necessário que haja desafios que nos levem a equacionar a questão dos “centros históricos” e da sustentabilidade cultural.

Palavras-chave: Autoridades tradicionais. Centro, Palestras, Valorização.

ABSTRACT

The present work, will contribute to the bibliographic enrichment in the teaching of History. The general objective of the research is: To propose consequently dissemination. However, the study had as a problematic situation the valorization of historical sites in the Municipality of Caála. However, to respond to actions for the creation of a center for lectures, debates and conferences on the methods. As for the types of research, bibliographic research was used, and the problem, the following methods were used: empirical, critical and hermeneutic as well as the role of traditional authorities in the conservation of existing historical of the Municipality of Caála was made; an analysis of the valuation of historical sites, descriptive research was also applied to the interview technique. As for the results, most respondents stated the need to implement the students and the community itself, in valuing the historic sites. In the theoretical teaching/learning process and consequently increase the level of knowledge of Center, Lectures, Conferences and historic sites, as well as historical memory, as well framework, concepts related to the subject under study were addressed, such as the Municipality, where the results showed that the current state of conservation and as an attempt to talk about the current state of conservation of the historic sites of the following proposal: The creation of a center for lectures, debates and conferences, on the devaluation of the historical sites of the municipality of Caála, we have the preservation of historic sites is reasonable. In order to solve the problem centered on serve in a certain way for lectures, debates and conferences of cultural and historical the valuation of the historical sites of the Municipality of Caála. This time, there must be taking into account the lived times, mainly, take a life lesson from it and frame them Historical sites, Culture Sustainability.

Keywords: Traditional authorities. Center, Lectures, Appreciation

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

CIDAC – Centro de Intervenção para o desenvolvimento Amílcar Cabral

CNS – Concelho Nacional de Saúde

CRA – Constituição da República de Angola

Ed. - Edição.

Et al. - Expressão latina que significa “entre outros”

EUA – Estados Unidos da América

GTPHA – Grupo de Trabalho Património histórico e Arquitectónico.

INE – Instituto Nacional de Estatística

LIC- Licenciado

MAT – Ministério da Administração do Território

Nº- Número.

P- Página.

PFC- Projecto de fim de curso

PLATRG– Políticas Locais das Autoridades Tradicionais na Gestão

PMDS – Plano Municipal do Desenvolvimento Social

PP – Páginas

S. R – Sem Resposta

S. d – Sem Data

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura.

Vol. - Volume.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	30
-----------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 DIVISÃO DOS INQUIRIDOS POR SEXO	31
GRÁFICO 2 DIVISÃO DOS INQUIRIDOS POR IDADE.....	32
GRÁFICO 3 ESTADO ACTUAL DOS LOCAIS HISTÓRICOS DA CAÁLA.	33
GRÁFICO 4 INTERVENÇÃO DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS NOS LOCAIS HISTÓRICOS	34
GRÁFICO 5 A CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE PALESTRAS CONTRIBUI PARA A VALORIZAÇÃO DOS LOCAIS HISTÓRICOS.....	34
GRÁFICO 6 A INEXISTÊNCIA DE UM CENTRO PARA PALESTRAS E DEBATES É UMA DAS CAUSAS DA DESVALORIZAÇÃO DOS, LOCAIS HISTÓRICOS	35
GRÁFICO 7 A VALORIZAÇÃO DOS LOCAIS HISTÓRICOS DA CAÁLA, TEM UM IMPACTO NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA	13
1.2	OBJECTIVOS	14
1.2.1	Objectivo Geral	14
1.2.2	Objectivo Específicos	14
1.3	CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	15
2.1	O MUNICÍPIO DA CAÁLA	15
2.1.1	Breve Historial do Município da Caála	15
2.2	LOCALIZAÇÃO E LIMITES GEOGRÁFICOS	15
2.2.1	Divisão Administrativa	15
2.2.2	Situação Demográfica	15
2.2.3	Actividade Económica	16
2.2.4	Conceito de Locais Históricos	17
2.2.5	Importância dos Locais Históricos	18
2.2.6	Preservação dos Locais Históricos	19
2.2.7	Memória Histórica	20
2.2.8	O Contributo das Autoridades Tradicionais na Preservação dos Locais Históricos	21
2.2.9	Funções Administrativas das Autoridades Tradicionais Coloniais	22
2.2.10	Funções Actuais das Autoridades Tradicionais	23
2.2.11	O Impacto dos Locais Históricos no Desenvolvimento Económico	25
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.1	TIPOS DE PESQUISA	27
3.1.1	Pesquisa Bibliográfica	27
3.1.2	Pesquisa descritiva	27
3.2	MÉTODOS DE PESQUISA	27
3.2.1	Método Empírico	27
3.2.2	Método crítico	27
3.2.3	Método Hermenêutico	28

3.3	TÉCNICA DE RECOLHA DE DADOS	28
3.3.1	Entrevista.....	28
3.4	POPULAÇÃO E AMOSTRA.	28
3.4.1	População	28
3.4.2	Amostra	29
4	DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	30
5	PROPOSTA DE SOLUÇÃO	37
6	CONCLUSÃO	39
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
	APÊNDICES	45
	ANEXO.....	49

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda questões relacionadas com a criação de um centro para palestras, debates e conferências tendo em conta a valorização dos locais históricos no município da Caála, na preservação da cultura. De referir que o município da Caála pertence aos 11 municípios do Huambo e está localizado na parte central da província, tendo como limites a Norte o município da E Cunha, a Leste o município do Huambo, a Sul o município do Chipindo e a Oeste os municípios de Longonjo e Caconda. A sua população é constituída maior parte pela etnia Ovimbundu, etnia oriunda da miscigenação de outros grupos etnolinguísticos do actual território de Angola. A língua local é o Umbundu, a mais falada em todo o espaço nacional. O povo é maioritariamente agricultor.

O município da Caála é forte em Monumentos e locais históricos, por isso, precisa de cuidados redobrados para manter o legado dos ancestrais. Os que mais se destacam e recebem regularmente visitas de turistas e que são usados como locais de lazer e não só, temos a mencionar as pedras Nganda la kawé, Monte Mbandjela e o Túmulo do Soba Wambu Kalunga. A criação de um centro para palestras, debates e conferências, ajudará de forma positiva na valorização dos locais históricos no Município da Caála. É uma iniciativa que achamos positiva porque vem para minimizar o problema sobre a desvalorização dos locais históricos, e consequentemente, possibilitará a passagem de informações sobre educação patrimonial. Os locais históricos têm sido parte integrante daquilo que podemos chamar de resgate cultural e dos hábitos e costumes da população. Muitos dos seus habitantes pouco ou nada sabem sobre a história e o valor cultural desses lugares. Os referidos monumentos e sítios têm sido também locais de atracção turística por parte de indivíduos residentes e não só. É bastante importante que as entidades governamentais criem políticas para melhor se conservar esses locais para a perpetuação da memória colectiva de que tanto se fala e pouco se faz.

As autoridades tradicionais devem promover de tempo em tempo, alguns encontros com a sociedade e assim divulgarem a importância dos locais históricos, mostrando as consequências da nãovalorização dos mesmos. Os locais históricos são os guardiões da cultura de um determinado povo, através deles preserva-se os hábitos e os costumes vividos pelos nossos antepassados, agora passados a nós.

1.1 Descrição da Situação Problemática

A desvalorização dos locais históricos no município da Caála é a situação

problemática para o presente trabalho.

1.2 Objectivos

1.2.1 Objectivo Geral

Propor a criação de um centro para palestras, debates e conferências sobre a valorização dos locais históricos no Município da Caála.

1.2.2 Objectivo Específicos

- a) Caracterizar os locais históricos do município da Caála;
- b) Diagnosticar o estado actual dos locais históricos do Município da Caála;
- c) Elaborar acções que contribuam para a criação de um centro para palestras, debates e conferências para a valorização dos locais históricos no Município da Caála.

1.3 Contribuição do trabalho

A criação de um centro para palestras, debates e conferências, contribuirá positivamente na valorização dos locais históricos do Município da Caála. É uma iniciativa que achamos positiva porque vem para minimizar o problema sobre a desvalorização dos locais históricos e, conseqüentemente, permitirá passar informações sobre educação patrimonial.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1 O município da Caála

2.1.1 Breve Historial do Município da Caála

Antes de entrar directamente ao assunto sobre o historial do Município da Caála é importante lembrar que esta população faz parte do grupo etnolinguístico Umbundu, tal como afirma Calundungo (2013, p.59), “A maioria populacional do Município da Caála é pertencente ao grupo etnolinguístico “Umbundu”, propriamente originários dos povos Bantu”.

A Caála foi fundada, segundo Pessela (2021, pp. 10-11), “[...] por Antero Gavino, José Henriques Beira, Guardinho da Cunha Barros e José da Fonseca Monteiro. Assim, Chegase à conclusão de que a sua fundação deve datar de 1900, pois, quando aconteceu a revolta do Bailundo, em 1902, já aqui se encontravam Guardino da Cunha Barros e Antero Galvino”. Antes dos portugueses chegarem neste território, segundo o autor, “os autóctones já estavam organizados, já viviam em sobados e ombalas e já estavam em organização de mandatos de chefia. Quando o colono chegou, em 1913 a 1914 era o Soba Grande, chamado Kahala, que controlava os residentes do Muangunja, Ngumbe, Chikualula, Cassupi, Sakanombo, e tantos outros”.

2.2 Localização e Limites Geográficos

Geograficamente, o Município da Caála localiza-se na parte central da Província do Huambo, tendo como limites a Norte pelo Município do Ecuha, a Leste pelo Município do Huambo, a Sul Pelo Município do Chipindo e a Oeste pelos Municípios de Longonjo e Caconda. (PMDS, 2017, p.12).

2.2.1 Divisão Administrativa

Administrativamente o município da Caála é constituído por quatro comunas, nomeadamente: a Comuna Sede, Calenga, Catata e Cuima (ANTÓNIO, 2014, p.19). Possui 399 Aldeias com 390 Autoridades Tradicionais, dos quais 12 são Sobas Grandes, 44 Sobas, 283 Seculos e 51 Ajudantes. (PMDS 2017, p.12).

2.2.2 Situação Demográfica

Demograficamente, o Município da Caála tem uma população de 379.102 habitantes, dos quais, 183.546 são do sexo masculino e 195.556 são do sexo feminino, o que constitui 14% da população total da província do Huambo.

2.1.5 Extensão Territorial

No que diz respeito à extensão territorial, a Caála tem uma superfície de 3.680km² (PDN, 2018).

2.2.3 Actividade Económica

Segundo Rodrigues (2008, p.64) a economia da antiga Caála assentou-se essencialmente na agricultura, ocupando lugar de grande destaque, o cultivo do milho, com uma produção de 70 mil toneladas. A agricultura e a pecuária foram as principais bases para o desenvolvimento económico, mas que o grande avanço deu-se a partir da exploração de ferro do Cuima.

Quanto aos produtos cultivados, segundo o autor mencionado, destacam-se as espécies vegetais, com maior destaque no cultivo de milho e batata, sendo o cultivo do milho a atingir o maior auge, sendo camiões a transportarem para o Grémio da sede da Caála, o que fez elevar o Município à categoria de rainha do milho. (RODRIGUES, 2008, p.64).

Para Neto (2010, p.189) “após o alcance da independência no país, os principais empreendimentos económicos estavam sob o controle de multinacionais dos EUA, da Antiga Alemanha federal, do Japão ou ligadas à antiga metrópole”. Desde os primórdios, a principal actividade económica foi e continua a ser a agricultura.

Tradicionalmente a agricultura camponesa pode ser agrupada em quatro grandes grupos socioeconómicos que Dias classifica de:

Caçadores e reflectores simples: que corresponde principalmente ao povo dos Bochimanes, sem técnicas de produção desenvolvidas.

Povos de economia agrícola: os povos do Norte de Angola com técnicas de produção avançadas e para os quais a agricultura representa um papel essencial na sua economia.

Povos de economia pastoril: que são os povos do Sudoeste de Angola, para os quais o gado tem, antes de qualquer valor económico, grande importância cultural e ideológica. (DIAS, s.d, p.56).

Entretanto, partindo do descrito, afirma-se que existem povos de economia agro-pastoril, que conjugam os dois tipos de economia podendo, em certos casos, também utilizar o gado bovino como força de trabalho. Este tipo de economia permite uma produção elevada de

excelência (CIDAC, 1980).

Em meados de 1912 chegou à Caála a linha do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB), factor que contribuiu para o desenvolvimento do povoado que, até então, era um pequeno acampamento junto de uma aldeia antiga, cujo Soba se chamava Cahala Mbita, emergindo nesta altura como povoação (PESSELA, 2021, p.9).

De acordo Costa (2006), no final do período da colonização, estimava-se que entre oitocentas mil e um milhão de famílias camponesas trabalhavam na terra garantindo a sua subsistência e trocando seus excedentes por bens que não produziam.

Nesta mesma época, segundo o autor mencionado,

Existia também um sector capitalista em desagregação, centrado num sistema de grandes plantações, dominado pelo colonizador português, em resultado do clima de instabilidade política, centenas de grandes empresas agrícolas e fazendas comerciais foram abandonadas, antes e imediatamente após a independência nacional. As diferenças e especificidades regionais indicavam que regiões rurais como as do planalto central, apresentavam uma maior concentração populacional do que outras e dispunham também, de uma maior capacidade de produção de alimentos, dado que se tratava de uma população rural eminentemente constituída por camponeses, diferentemente do Leste do país, por exemplo, (COSTA, 2006, p.55).

O fim da guerra civil, em 2002, marcou um novo início no processo de diminuição da instabilidade social e económica que já durava décadas. Os desafios aos órgãos de administração do Estado passavam a colocar a questão social angolana no centro das atenções de vários sectores da sociedade, com o aprofundamento das desigualdades sociais cada vez mais visíveis após o fim da guerra, (ROCHA, 2010, p.23).

Actualmente a Caála ocupa-se, principalmente, da actividade agropecuária, do tipo camponesa, criando animais domésticos de pequeno porte, praticando atracção animal de bovinos no trabalho agrícola e cultivando, em regime de sequeiro, o milho – principal produto alimentar da região, feijão, batata-inglesa, batata-doce e diversas hortícolas, (CALUNDUNGU, 2013, p.58).

2.2.4 Conceito de Locais Históricos

Local, segundo Camacho e Tavares (2014), é uma palavra masculina que quer dizer lugar ou sítio. Então, podemos definir locais históricos, de uma forma clara, como os lugares

que têm uma certa relevância histórica.

É consenso ouvir que, quando pensamos em locais históricos, logo remetemos nosso pensamento ao acto de guardar as ideias, lembranças e o conhecimento adquirido ao longo de nossas vidas. Os locais históricos estão ligados aos aspectos da cultura, pois guardam informações que o homem representa como passadas, ajudando-lhe a ordenar lembranças, assim como estabelecer reflexão sobre ela, (BARBOSA, 2014, p.62)

Na mesma linha de pensamento, Deglinomini (2014, p.13) afirma que entendemos por memória histórica os documentos antigos, quadros, monumentos, depoimentos orais etc. que trazem à actualidade informações sobre o que aconteceu no passado.

Corroborando com os autores acima citados, queremos inferir que os locais históricos espelham acontecimentos, quer sejam deixados pelos antepassados, quer sejam os construídos na contemporaneidade, para dar credibilidade a um certo acontecimento que marcou ou marca a sociedade historicamente, podendo estes locais ser naturais, como as pedras Nganda la Kawe, artificiais ou construídos pelo homem, como o Milho da Caála, mostrando historicamente o potencial agrícola do município.

2.2.5 Importância dos Locais Históricos

Os Locais Históricos constituem testemunho essencial sobre as actividades humanas passadas, englobando tudo o quanto é do interesse da humanidade, servindo assim como reflexo de identidade de um povo, vistos também como portadores de mensagens do passado e inspiração para as gerações futuras. São o testemunho vivo para o desenvolvimento histórico e social.

Podemos ainda afirmar que têm grande importância pelo facto de constituírem referências visíveis e materiais da ocorrência dos factos históricos, atraindo turistas de várias partes do país e, com esta atracção, ajudar o país no desenvolvimento da localidade, nos aspectos económicos, sociais e culturais.

Quanto ao aspecto económico, para Oliveira (2002 p.15), importa inferir que os locais históricos, por intermédio do turismo, ajudam na diversificação da economia, razão da existência das populações. Por isso a humanidade tem vindo progressivamente a tomar maior consciência da

unidade dos valores e a considerar os monumentos e locais históricos como uma herança comum, assumindo colectivamente a responsabilidade da sua salvaguarda para as gerações futuras e aspirando a transmiti-los com toda a sua riqueza, (OLIVEIRA, 2002, p.34).

2.2.6 Preservação dos Locais Históricos

Preservar “é a manutenção de um bem no estado físico em que se encontra e a desaceleração de sua degradação, visando prolongar e salvaguardar o património cultural”. (GTPHA, 2008, p. 14).

Segundo Chivinda (2022) os Locais Históricos constituem testemunho essencial sobre as actividades humanas passadas, englobando tudo o quanto é do interesse da humanidade.

São assim chamados, e limitados, principalmente pela estrutura de uma construção ou até pela importância histórica e cultural das sociedades viventes. Fazendas, quilombos, igrejas, praças, casarões, castelos, cemitérios, palácios etc. Estes são tipos de locais que podem ser considerados sítios arqueológicos, desde que este local seja reconhecido pelos arqueólogos como um local de importância histórica, (NDJANDJA, 2022, pp.6-7).

Os Locais Históricos têm sido, ao longo dos anos, objecto de estudo nas suas mais variadas componentes, seja pela sua importância como marco de um facto histórico, tanto no contexto nacional como no contexto local, seja como alvo de legislação que prevê a sua classificação e consequente protecção. (CRAVEIRO, 2011, p,45).

Na preservação dos Locais Históricos é importante que se tenha em conta a educação ambiental. Segundo Canotilho (1998), citado por Chivinda, (2022, p.23), o direito ambiental é um direito consagrado como um direito de todos e não de indivíduos, onde os princípios ambientais buscam efectivar as condutas de preservação para a presente e futura geração, com acções concretas que visam minimizar os impactos actuais ao meio ambiente, bem como, os actos futuros lesivos a este. A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida com a natureza e o uso dos seus recursos naturais disponíveis (BARRETO, 2006, p.28).

Segundo Craveiro (2011, p.21), o Património Cultural assume actualmente uma importância vital na preservação da memória e da identidade dos povos. Através dele, é possível identificar não só os costumes, mas também a organização política e o núcleo axiológico que entreteceu as gerações passadas cujos vestígios hoje se contemplam.

Para Santana et al (2018), a destruição dos bens adquiridos das gerações passadas leva consigo o rompimento da corrente do conhecimento. Hoje em dia, a importância da preservação ganha novo foco, decorrente da necessária consciência de minimizar o impacto sobre o ambiente.

A conservação deve promover os métodos, as técnicas e as competências profissionais no que respeita ao restauro e à reabilitação, no sentido da preservação da autenticidade e integridade do bem patrimonial, incluindo os espaços interiores, mobiliário e decoração, de acordo com o aspecto original, (MIRANDA, 2015, p.16).

Medeiro (2019 p.63) afirma que a “relevância atribuída ao património cultural, aquando da sua classificação e consequente protecção, não deve ser efectuada a pensar, somente, no objecto em si, mas também, na melhor forma de o aproximar às populações”.

Por esta via, pode-se afirmar que a conservação dos Locais Históricos tem uma função relevante, visto que eles oferecem significado ao espaço, julgado sem importância, tal como se tem visto demolições de prédios, praças modificadas e descaracterizadas, (MEDEIRO, 2019, p.63).

A Carta de Atenas alerta sobre a necessidade de respeitar o carácter e a fisionomia das cidades, principalmente nas proximidades dos locais antigos, considerando a preservação de certas paisagens, tão imprescindíveis quanto a preservação do monumento, (NASCIMENTO, 2005, p.4).

2.2.7 Memória Histórica

“A imagem viva de tempos passados ou presentes, os bens que constituem os elementos formadores do património, são ícones repositórios da memória, permitindo que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade de um povo” (GTPHA, 2008, p.13).

É através da memória que as informações do passado serão lembradas e vividas no presente, contribuindo para que novas descobertas aconteçam, pois, o conhecimento perdura entre o passado e o presente (DEGLINOMINI, 2014, p.12).

Segundo Oliveira (2002, p.13), “a memória ajuda os indivíduos a se lembrarem de quem são, ou os ludibria com imagens borradas daquilo que já foram”.

“A memória nos permite perceber não só as mudanças, mas também as permanências. Por exemplo, uma construção feita a mais de sessenta anos, ainda existe, ela faz as pessoas lembrarem-se de um passado distante. Ela ocupa um espaço no presente e permanece com algumas características de quando foi construído”. Deglinomini ressalta a importância da partilha das memórias históricas. Para o autor, as memórias quando compartilhadas mantêm-se vivas, constroem a história. Quando ela é individual, cria vínculos com as memórias colectivas, pois ambas são inseparáveis”, (DEGLINOMINI,

2014, p.12).

2.2.8 O Contributo das Autoridades Tradicionais na Preservação dos Locais Históricos

Para Florêncio (2010, p.33) a expressão autoridades tradicionais compreende os indivíduos e instituições de poder político que regulam a organização do modelo de produção social das sociedades tradicionais.

Segundo Mangala (2018 p.51) “as autoridades tradicionais são entidades indissociáveis da realidade histórico-política da vida das sociedades africanas em geral e angolanos em particular. Estas representam simplesmente a espinha dorsal do mosaico político-organizacional das referidas comunidades, ou seja, a fonte primária da organização dos povos, anterior à existência do Estado moderno”.

Sendo a sociedade angolana caracterizada por uma miscelânea de comunidades socioculturais, claramente diversa na língua e na cultura, destacam-se, nessa diversidade, as autoridades tradicionais, com funções preponderantes nos diferentes momentos da vida das comunidades onde interferem (MAT, 2004).

Do ponto de vista do Estado angolano: uma extensão da sua própria implantação, ainda que em moldes “indirectos”; e um “retorno” a formas de organização “tradicionais”, manipuladas ou destruídas pelo colonialismo. O preenchimento de ambas funções ampliaria a legitimidade do Estado. Do ponto de vista das “autoridades tradicionais” em causa, um reconhecimento-integração preenche igualmente diversas funções: funções que vão de um potencial aumentam de sua implantação efectiva num território e junto a uma população, logrado por meio do suplemento de legitimidade acumulada pela ligação ao Estado, à aquisição de vários proveitos e das diversas “mordomias” que esse novo estatuto lhes concede, (GUEDES, et al., 2003, p.96).

De acordo Mangala (2008), para além das autarquias locais e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos, a Constituição da República de Angola (CRA) prevê, igualmente, a existência de instituições do poder local como uma das formas organizativas de poder local em Angola. Deste modo, o poder tradicional, constituído de acordo com as normas do direito consuetudinário, é pela primeira vez reconhecido pelo Estado, depois de longos anos da sua manutenção na informalidade. E esta dignificação constitucional, obriga de forma imperativa ao respeito das entidades públicas e privadas nas relações com estas instituições do poder tradicional.

Neste sentido, para o mencionado autor,

Para contextualização histórica do poder tradicional na

realidade angolana, consideramos pertinente a identificação e articulação de três períodos, referentes a interação, institucionalização ou coabitação com poder político estatal na governação local. O reconhecimento constitucional das autoridades tradicionais como uma das formas organizativas do poder local em Angola levanta a questão do papel das instituições do poder tradicional no quadro da governação local, (MANGALA, 2018, p.7).

De acordo Wheeler (2009, p.172), as instituições do poder local têm a primazia de gestão da causa social dentro de limites consagrados. O poder passa a ser legitimado e visto como estando associado aos deuses, sendo exercido dentro de um jogo de dominação espiritual e em respeito aos antepassados, como fortes mecanismos de persuasão, imposição da autoridade por intermédio de rituais que levam à fidelidade e à submissão das comunidades.

Nessa senda, pesquisas no campo das ciências sociais têm evidenciado, nas últimas décadas, que o poder não existe como objecto isolado, não sendo, portanto, algo passível de ser possuído ou guardado por alguém, (WHEELER, 2009, p.172).

Para nós, o contributo das autoridades tradicionais na preservação dos locais históricos, são sim de extrema importância, uma vez que é através da educação patrimonial que a comunidade saberá respeitar e valorizar esses locais que são importantíssimos por guardarem a história comum do seu passado, e as autoridades são as pessoas indicadas para nos passarem essas informações para que a história não se apague.

A protecção dos mesmos contribui para o desenvolvimento da comunidade. Quando alguém se caracteriza com esses locais, automaticamente ganha uma identidade, cabendo às autoridades tradicionais intervirem com os seus conhecimentos, dando assim a continuidade e a manutenção dos mesmos. A implementação de espaços recreativos e a reparação das vias de acesso podem impulsionar o turismo local gerando empregos para os jovens e não só, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades.

2.2.9 Funções Administrativas das Autoridades Tradicionais Coloniais

As doutrinas coloniais portuguesas assentaram em premissas, ideias e meios civilizadores bastante diferentes do que as francesas e inglesas. Promoveu-se na maioria dos territórios administrados uma relação na base da estratificação jurídico-social sobre o vínculo de cidadania, (MENESES et al., 2012, p.26).

Assim, por força da distribuição político-administrativa do Estado colonial português propiciada por outros sistemas de propriedade ou de uso de terra para os nativos (diminuição das terras comunitárias, proibição do uso de armas de fogo

artesanais), a par do aparecimento de indivíduos letrados a nível das pequenas cidades (professores, pastores, enfermeiros), as autoridades tradicionais perderam progressivamente os seus poderes na vida económico- social das suas circunscrições, (PACHECO, 2002, p.3).

Como refere Garcia: “[...] o momento de ocupação quando os colonos vieram, tirou-nos o

nosso poder, nossas terras, nosso direito “[...], (GARCIA, 2004, p.37) ”

Desse modo, as autoridades tradicionais tornaram-se parte integrante da administração colonial e, pelo menos ao nível dos régulos, acabaram por ser autênticos funcionários assalariados da administração, usando um uniforme colonial, insígnias, tais como divisas e um bastão (os régulos tinham três divisas, os chefes de grupo de povoações duas divisas, o cabo de terra - nas regiões onde existia esta categoria - uma divisa, (PLATRG. 2022. p.22).

Segundo Suraya et al. (2009) os chefes de povoação não possuíam nenhuma identificação distintiva da restante população. Esta transformação da autoridade tradicional em autoridade local administrativa, ou no que denominou de administrative chieftaincy, constituiu mais um momento de perda de prerrogativas de legitimação e de “political accountability¹” face às populações.

2.2.10 Funções Actuais das Autoridades Tradicionais

Na visão de Platrg (2022, p.22), “apesar da inexistência de um enquadramento legislativo nacional que regesse a integração das autoridades tradicionais, a partir de 1994 as administrações distritais foram atribuindo progressivamente algumas tarefas às autoridades tradicionais”. Por outro lado, segundo o autor já mencionado estas começaram também a desempenhar tarefas que, não sendo do fórum administrativo, representavam medidas importantíssimas para as populações desde ostempos além até aos dias actuais”.

A expressão autoridades tradicionais compreende os indivíduos e instituições de poder político que regulam a organização do modelo de produção social das sociedades tradicionais. A abordagem sobre questões ligadas ao exercício das autoridades tradicionais é sobretudo, nos atermos à história e, particularmente, aos aspectos consuetudinários e idiossincráticos que constituem a base social e cultural dos grupos, povos ou comunidades. (FLORÊNCIO, 2010, p.25).

Guedes (2007), deixa claro ao afirmar que, as Autoridades Tradicionais são um rótulo politicamente correcto, adoptado para os chefes locais, que por um lado visa a reposição da

legalidade histórico-tradicional de entidades anteriormente esquecidas. Por outro, sua aplicação é de certa perspectiva, para o preenchimento de uma posição de intermediários do Estado junto das comunidades locais.

Ainda para o autor, com base na observância constitucional, o Estado angolano encara as autoridades tradicionais como “entidades que personificam e exercem o poder no seio da respetiva organização político-comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinários e no respeito pela Constituição e pela lei” (GUEDES, 2008 et al. pp. 716-718).

¹ Responsabilidade política.

Pensamos e entendemos nós que as Autoridades Tradicionais acarretam uma grande responsabilidade na preservação dos locais históricos, uma vez que são eles os mais próximos destes locais de forma hierárquica, tendo o poder e políticas de inclusão de todos os extractos sociais para ensinarem, educarem e passar os conhecimentos de tudo o que se viveu no passado e instruir para que se perpetue as crenças, e ritos, na salvaguarda da cultura e identidade cultural dos povos.

De grosso modo, como temos vindo a referenciar, o reconhecimento do Estado sobre as autoridades tradicionais vem de longos anos, mas, a sua formalização surge apenas com aprovação da Constituição de 2010, (CRA 2010, artigos 223º e 224º).

Com este reconhecimento, o poder tradicional é visto agora pelo Estado como parceiro estruturante da gestão e ordenamento do território e factor de equilíbrio, harmonia e coesão social. A nível da governação local, o Estado tem permeado uma relação de cooperação com as autoridades tradicionais por intermédio dos órgãos da administração local, no âmbito da participação em núcleos ou instituições de carácter consultivos e auscultativos e que realça como sendo fundamental, na medida em que implica uma coordenação das actividades e projectos de desenvolvimento local, (MASSUNGANHE, 2012, pp.140-141).

Diante do anteriormente exposto, as autoridades tradicionais são reconhecidas não apenas pelas funções tradicionais ou de ancestralidade que representam, mas também pelo papel relevante que desempenham na vida sociocultural das comunidades (MIGUEL, 2014, p.65).

2.2.11 O Impacto dos Locais Históricos no Desenvolvimento Económico

Os locais históricos têm um impacto muito forte para o desenvolvimento, não só do ponto de vista económico, mas também social. Quanto ao aspecto económico, importa referir que os locais históricos, por intermédio do turismo, ajudam na diversificação da economia – razão da existência das populações.

Por esse facto, segundo Caconda, a humanidade tem vindo progressivamente a tomar maior consciência da unidade dos valores e a considerar os monumentos e locais históricos como uma herança comum, assumindo colectivamente a responsabilidade da sua salvaguarda para as gerações futuras e aspirando a transmiti-los com toda a sua riqueza, (CACONDA, 2022, p.20).

Assim sendo, é importante, para o desenvolvimento socioeconómico do município da Caála, diversificar a economia, pensamos nós que é possível com a actuação nos locais históricos. corroborando com Piffese Hopkins (1982, apud, Grzebieluckas, 2007, p.45), a diversificação tem sua raiz na palavra “diverso” o que significa literalmente diferente, distinto, separado.

Segundo Grzebieluckas (2007), em primeiro lugar, a diversificação pode ser entendida como

uma estratégia de desenvolvimento empresarial e, portanto, em nível de estratégia global ou corporativa. Em segundo, a diversificação pode ser vista como uma opção que as empresas, por diferentes circunstâncias, adquirem certa presença em diversas actividades.

O autor destaca ainda, que a diversificação pode ser entendida como uma estratégia de desenvolvimento empresarial e vista como uma opção a partir da qual, por diferentes circunstâncias, as firmas decidem actuar em diversas linhas de produtos ou actividades.

Crescimento diante de tanta concorrência (CHIAVENATO, et al, 2012, p.4). Para que haja uma boa diversificação da economia e seja bem-sucedido, o empreendedor não deve apenas saber criar seu próprio empreendimento. Deve também saber gerir seu negócio para mantê-lo e sustentá-lo em um ciclo de vida prolongado e obter retornos significativos de seus investimentos. Isso significa administrar: planejar, organizar, dirigir e controlar as actividades relacionadas directa ou indirectamente com o negócio, visando as diferenciações que podem ser necessárias para seu crescimento diante de tanta concorrência, (CHIAVENATO et.al, 2012,p.4).

A motivação, por parte de um turista, em viver experiências culturais em determinado destino pode resultar em visitas ao património local ou na simples observação de como um grupo de pessoas se relaciona à mesa para um chá ou café, (ANDRADE et. al., 2007, p.188).

No nosso entendimento, diversificação é uma estratégia cuja finalidade é alargar mercados, ampliar vendas e conseqüentemente a lucratividade.

Os locais históricos desempenham um papel preponderante na diversificação da

economia, uma vez que, segundo Rodríguez (2008), a diversificação pode ser entendida como uma estratégia de desenvolvimento empresarial e, portanto, em nível de estratégia global ou corporativa. Acrescentando, na visão do autor, “a diversificação pode ser vista como uma opção que as empresas, por diferentes circunstâncias, adquirem certas presenças em diversas actividades”, (RODRÍGUEZ et al., 2008 p.67).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipos de Pesquisa

3.1.1 Pesquisa Bibliográfica

É um método baseado em materiais já publicados tais como: livros, teses, artigos, revistas e dissertações. Este método, serve para identificar o que já foi produzido pela academia científica. O mesmo, parte do princípio de que, devemos começar uma pesquisa colectando toda informação que já tenha sido discutida e publicada, com finalidade de construirmos um novo conhecimento, (TREINTA, et al, 2012, p.509).

Utilizou-se este método para buscar argumentos teóricos de muitos autores que trataram do mesmo assunto ou temática.

3.1.2 Pesquisa descritiva

As pesquisas deste tipo têm como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008, p.15).

Com este tipo de pesquisa orientamo-nos para a descrição de vários temas e subtemas que aolongo do projecto fomos desenrolando.

3.2 Métodos de Pesquisa

3.2.1 Método Empírico

Trata-se do conhecimento obtido ao acaso, após inúmeras tentativas, ou seja, o conhecimento adquirido através de acções não planeadas. É o conhecimento do dia-dia, que se obtém pela experiência. (ERNEST, 2017, p.313).

Baseando-se nas experiências do assunto em destaque usou-se este método para a constatação da veracidade dos dados bibliográficos.

3.2.2 Método crítico

A palavra Crítica (*Krisis do grego, kritikê, technê*) pode ser entendida como a arte de fazer um determinado julgamento, neste caso para a História, fazer julgamento ou questionar constantemente a fonte material, oral ou iconográfica que é apresentada por alguma testemunha.

Desta forma, não é errado se considerar que a crítica também é um método que

permite o investigador(historiador) aproximar-se da verdade. Aproximar-se da verdade porque em Ciências Sociais, não é fácil chegar à verdade, (KANDJO, 2019, p.5).

Com este método conseguimos analisar a veracidade dos vários subsídios acerca do assunto tratado, através das variadíssimas dúvidas que fomos tendo durante o processo do trabalho.

3.2.3 Método Hermenêutico

É um método que serve para interpretar, permitindo a compreensão de uma certa informação, ligando ponto a ponto até se adquirir os dados necessários para se compreender um determinado texto. Portanto, podemos concluir como sendo a arte de interpretação textual (CARVALHO, et al., 2009, p.87).

Morfaux e Lefranc (2005, p.100), ao considerarem que, compreender é, vulgarmente, a apreensão pelo espírito do conjunto de um fenómeno, de um raciocínio, de uma explicação, de um enunciado. Enquanto que explicar/explicação é desdobrar, desenrolar e tornar tão distinto e claro, quanto possível, aquilo que parecia primeiramente como obscuro e confuso, decompondo o todo em partes menores, como aconselha o Método Científico, (MORFAUX et al, 2005, p.100).

Com este método conseguimos de forma aceitável interpretar os conteúdos recolhidos ajudando-nos a atingir os nossos objectivos.

3.3 Técnica de recolha de dados

3.3.1 Entrevista

Podemos definir entrevista como uma acção comunicativa estabelecida entre duas ou mais pessoas, que conta com uma estrutura particular organizada através da formulação de perguntas e respostas. A entrevista é uma das formas mais comuns e que pode ser apresentada em diferentes situações ou áreas da vida quotidiana. (GRAZIELLE et al., 2004, p.247).

Esta técnica foi utilizada para a colheita de dados tendo em conta a percepção e o ponto de vista dos entrevistados.

3.4 População e amostra.

3.4.1 População

É o conjunto de todos os elementos relativos a um determinado fenómeno, que

possuem pelo menos a mesma característica.

O presente trabalho contou com uma população de **379.102** habitantes do Município da Caála, dos quais 183.546 homens e 195.556 mulheres.

3.4.2 Amostra

É apenas uma parte da população, ou seja, é o subconjunto da população (FILIPE, 2003, p.5).

Diante do exposto, o trabalho contou com uma amostra de 35, dos quais 21 homens e 14Mulheres.

Tipo de amostragem

A amostragem é do tipo probabilístico, e o critério de selecção foi simples, porque a escolha não foi intencional, mas funcionou apenas o acaso.

4 DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os dados obtidos na realização dos inquéritos por questionário.

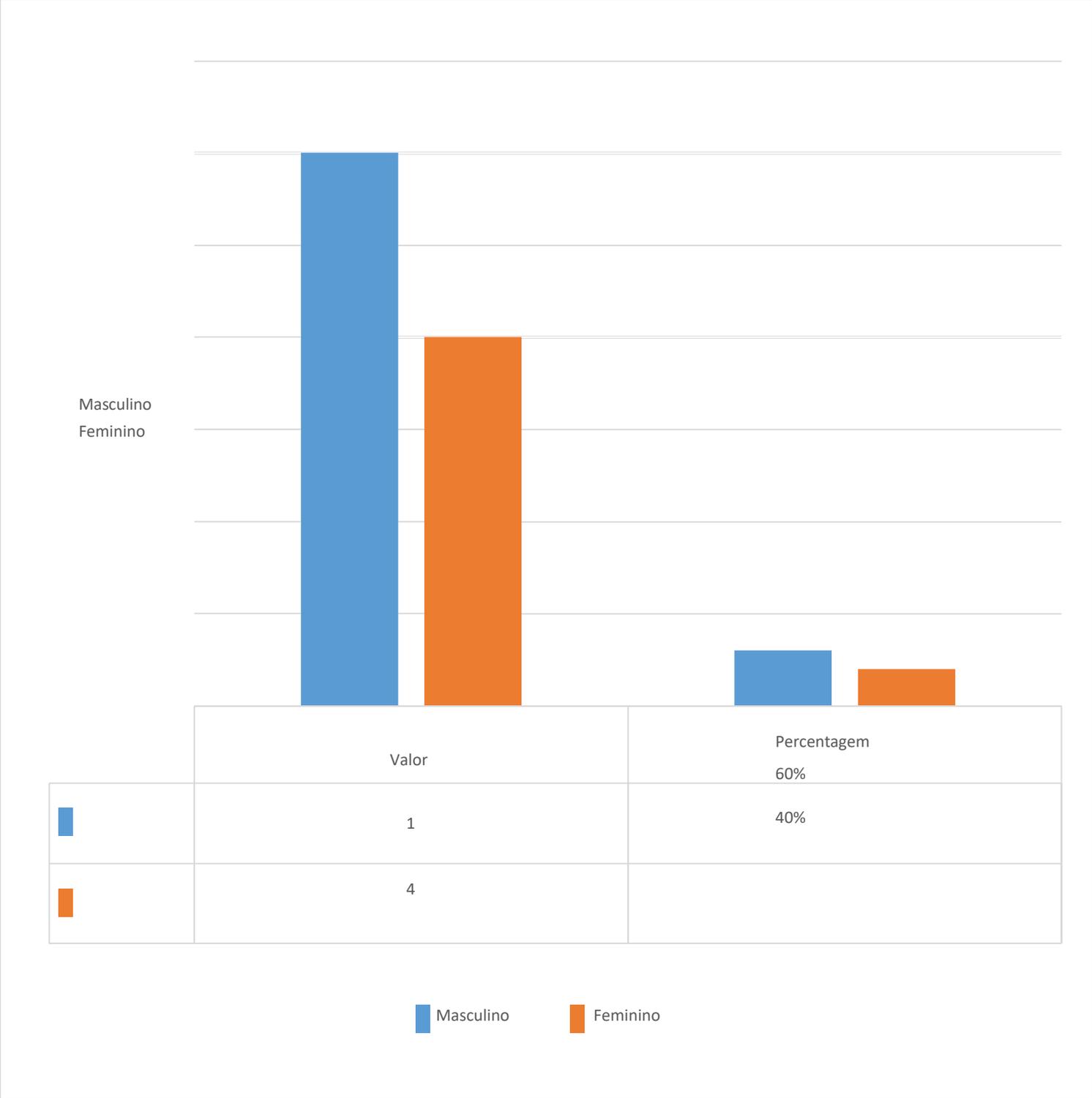
Tabela 1 População e Amostra

População		
Sexo	Frequência	Percentagem (%)
Masculino	183.546	48%
Feminino	195.556	52%
Total	379.102	100%
Amostra		
Sexo	Frequência	Percentagem (%)
Masculino	21	60%
Feminino	14	40%
Total	35	100%

Fonte (Autora, 2023)

Dados dos inquiridos

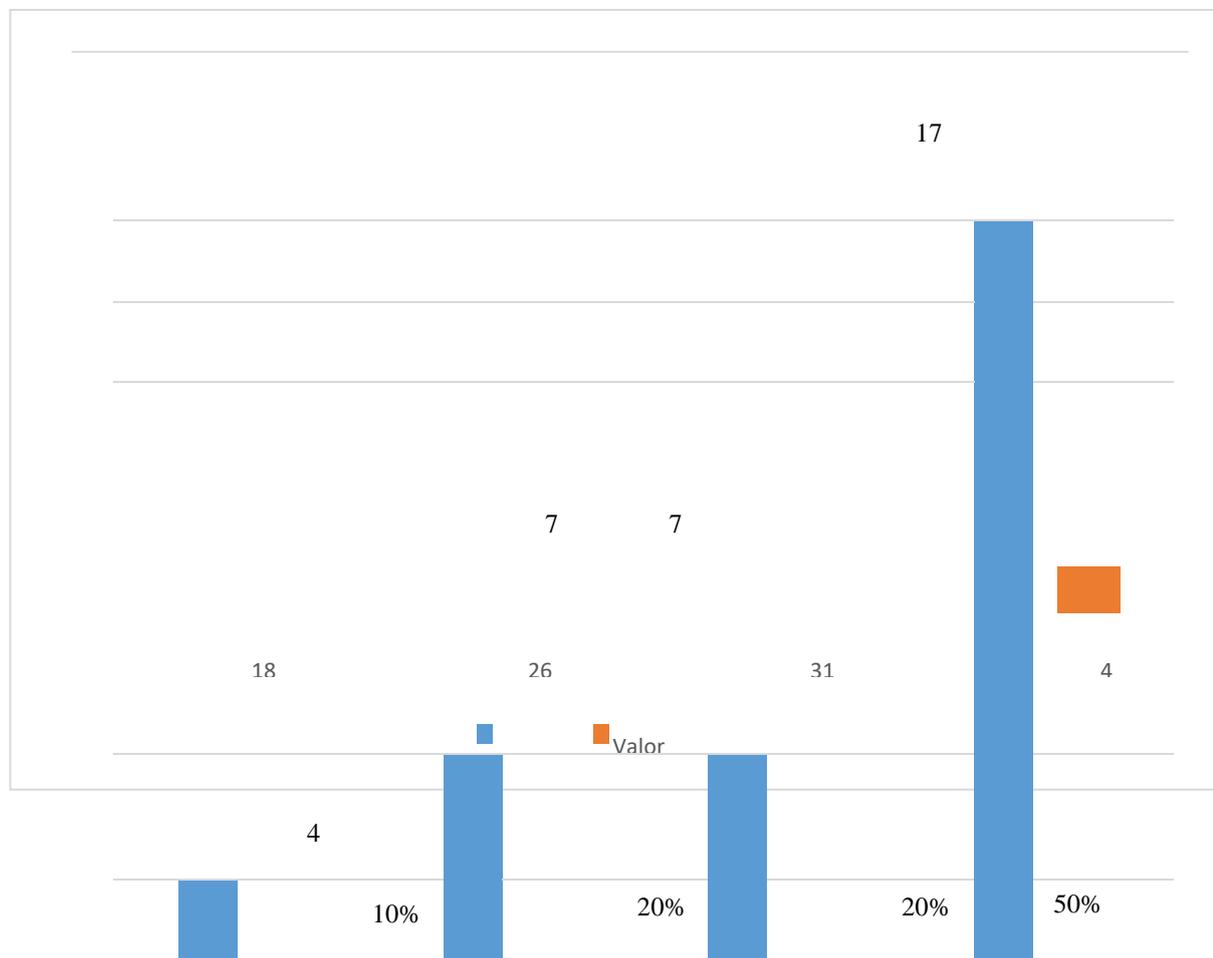
Gráfico 1 Divisão dos inquiridos por sexo



Fonte: Autor (2023)

Observando o gráfico acima, percebe-se facilmente que, dentre os inquiridos, a maioria, correspondendo a 60%, é do sexo masculino.

Gráfico 2 Divisão dos inquiridos por idade

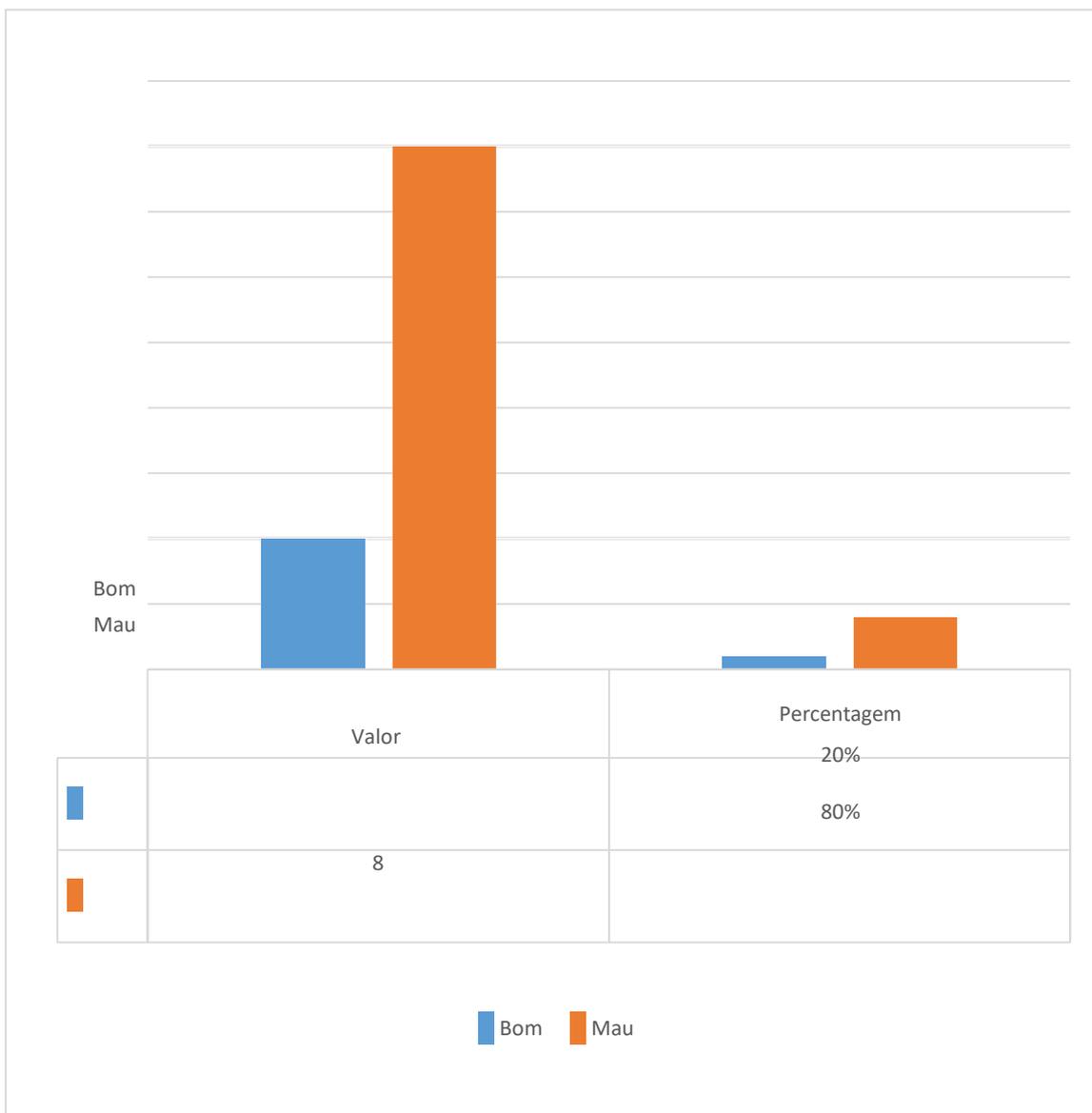


Fonte: (autora, 2023)

Quanto à idade, o gráfico número dois deixa claro que, dos inquiridos, boa parte tem mais de 41 anos, com uma percentagem de 50%.

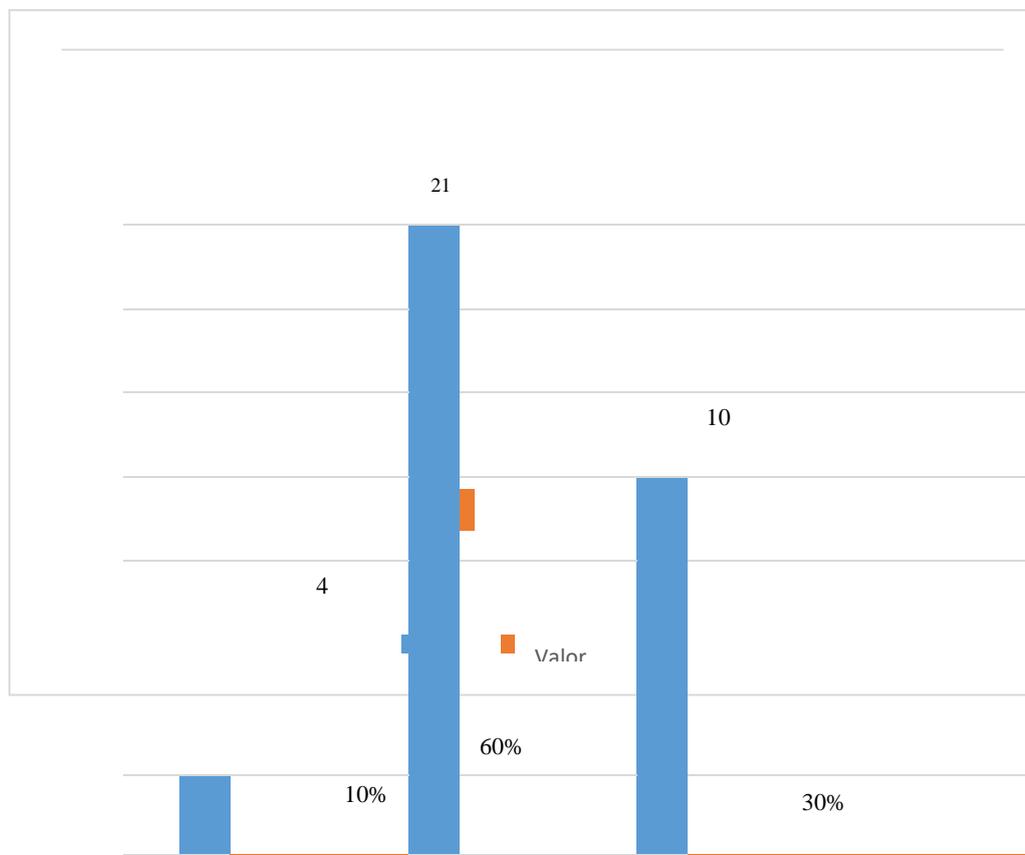
Descrição das respostas

Gráfico 3 Estado actual dos locais históricos da Caála.



O gráfico acima apresentado faz perceber que os locais históricos, actualmente, encontram-se num estado mau, pois, dos 35 inquiridos, 28 (correspondente a 80%) responderam que os locais históricos encontram-se num estado mau, apenas 7 (correspondendo a 20%) responderam que se encontram em bom estado.

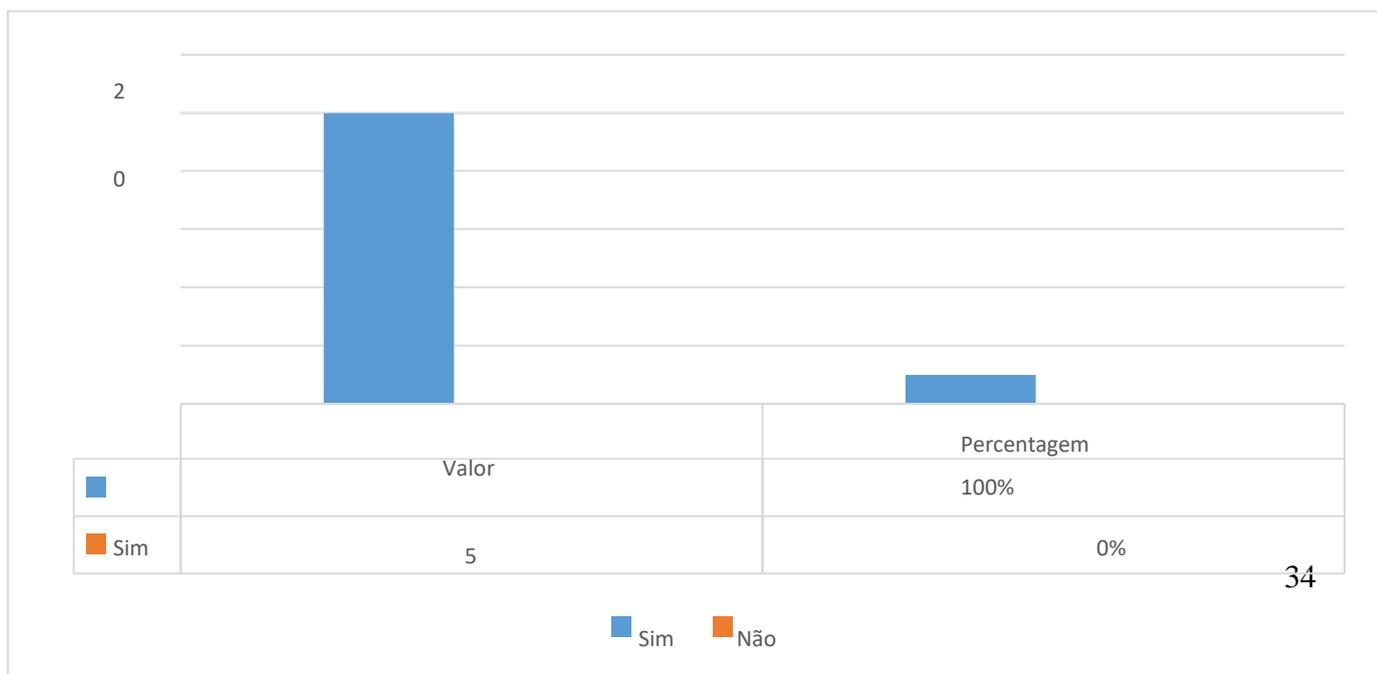
Gráfico 4 Intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos



Fonte (Autora, 2023)

O gráfico número 4 mostra-nos que não há intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos do Município da Caála, pois dos 35 inquiridos apenas 4 (correspondendo a 10%) respondeu sim.

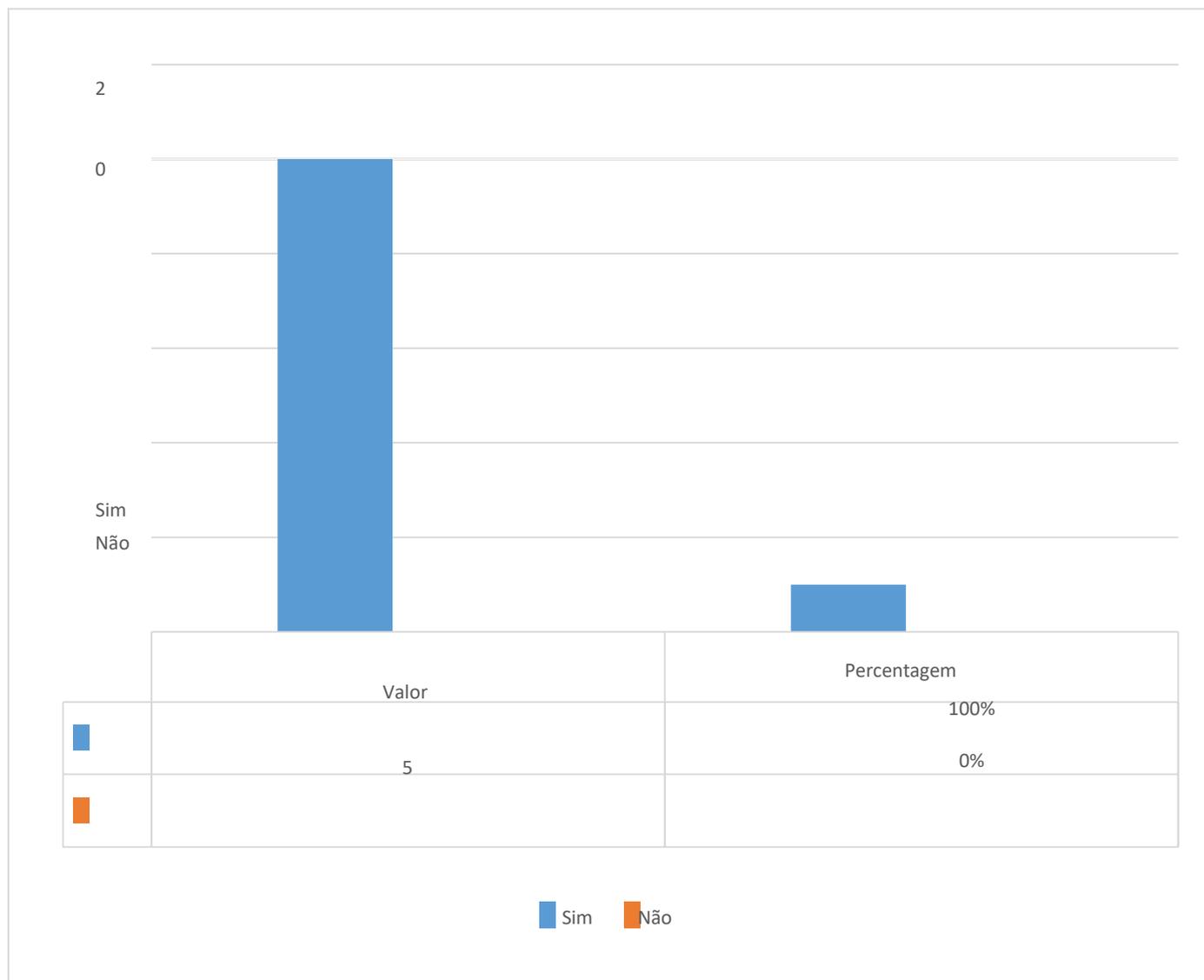
Gráfico 5 A construção de um centro de palestras contribui para a valorização dos locais históricos



Fonte (Autora, 2023)

Sobre a questão formulada, o gráfico acima deixa claro que todos inquiridos afirmam ser importante a construção de um centro para palestras para a valorização dos locais históricos no Município da Caála.

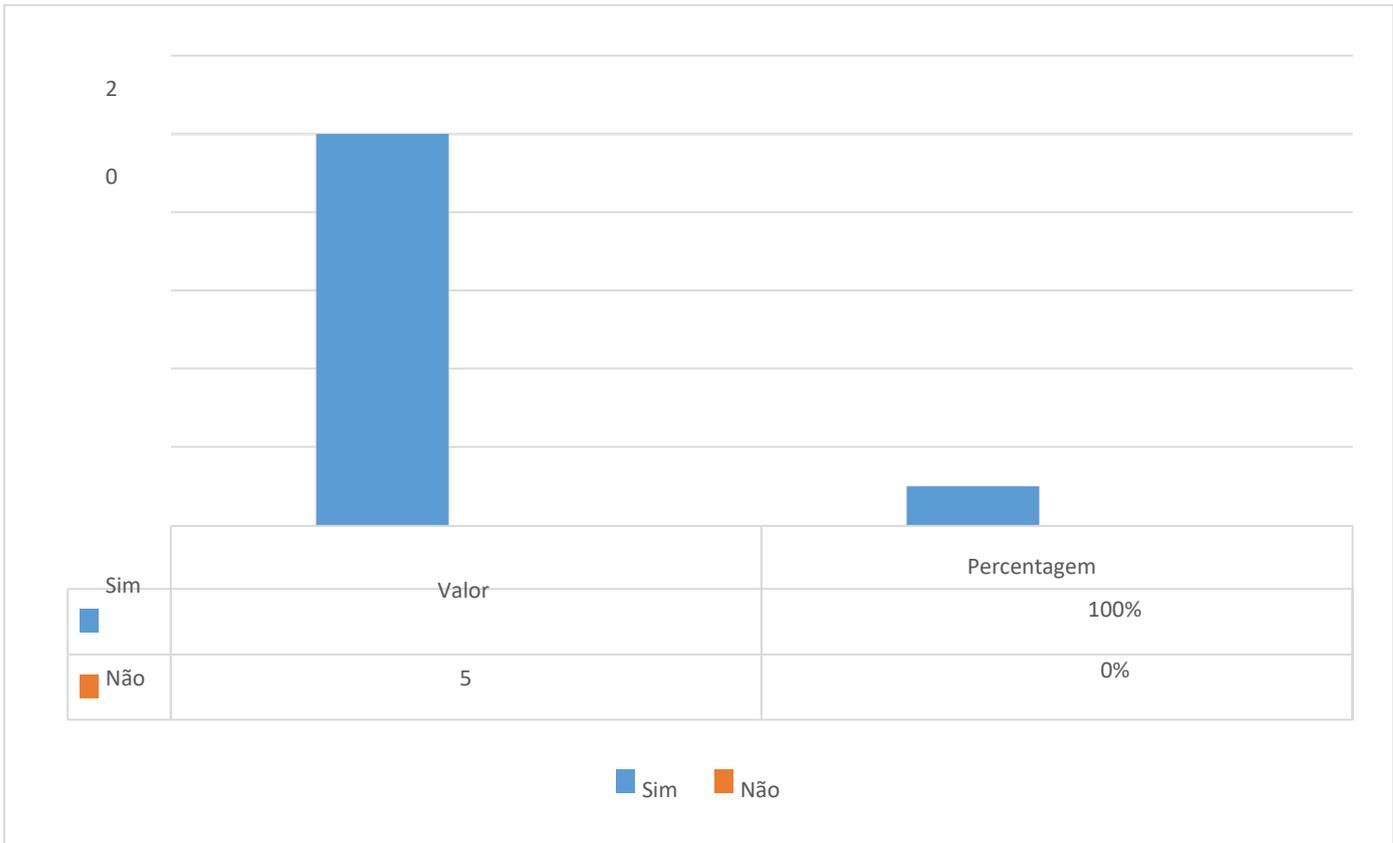
Gráfico 6 A inexistência de um centro para palestras e debates é uma das causas da desvalorização dos locais históricos



Fonte: (Autora, 2023)

Observando o gráfico acima percebe-se que todos os inquiridos afirmam que a inexistência de um centro para palestras e debates é uma das causas da desvalorização dos locais históricos.

Gráfico 7 A valorização dos locais históricos da Caála, tem um impacto no crescimento da economia



Fonte (Autora, 2023)

Sobre a questão formulada, todos os inquiridos afirmaram que a valorização dos locais históricos da Caála tem um impacto no crescimento da economia. Nesta ordem, percebe-se claramente que a construção de um centro de palestras e conferências contribuirá para a

valorização dos locais históricos e, conseqüentemente, haverá mais turismo e isso contribuirá positivamente para a economia do município.

5 PROPOSTA DE SOLUÇÃO

Para a solução do problema centrado na desvalorização dos locais históricos do município da Caála temos como propostas:

a) Criação de um centro para palestras, debates e conferências, sobre a valorização dos locais históricos do Município da Caála.

Os centros que servem de certa maneira de palestras, debates e conferências de âmbito cultural e histórico, assim como a valorização dos locais históricos, constituem um elemento central e fundamental na conservação do espaço ou do local histórico, garantindo assim a continuidade da cultura.

A valorização dos locais históricos nesta circunscrição territorial da Caála terá mais impacto com a construção de um centro com a visão de:

a) Promover palestras e conferencias que visam perpetuar a importância dos locais históricos, tendo como objecto fundamental, a consciência social, tendo em conta os tempos vividos, principalmente, tirar dela uma lição de vida e enquadrá-los nos desafios do mundo novo com a globalização.

Desta feita, é necessário que haja desafios que nos levem a equacionar a questão dos “centros históricos” e da sustentabilidade cultural:

b) No contexto das imagens que os projectos e as políticas de transformação urbana difundem e no modo como estas novas imagens se combinam ou entram em rotura com imagens dominantes.

c) No contexto dos fluxos turísticos e das dinâmicas do mercado urbano de lazeres. E, por fim, no contexto das intervenções urbanísticas e do significado social dessas intervenções.

Com a criação deste centro será possível:

a) Promover a valorização dos locais históricos no Município da Caála.

b) Promover eventos ligados à valorização dos sítios e monumentos locais;

c) Divulgação em todos os pormenores e marketing de todos os locais históricos na circunscrição territorial regional e nacional, para que ocorra um

grande alcance no turismo, quer seja no âmbito cívico assim como para angariar receitas para manter a manutenção dos mesmos locais.

d) Criar espectáculos e atrair um público aceitável, a nível local e não só, com eventos positivos e cativantes, buscando com isto fortalecer o sector, que é de extrema importância para todos nós.

Para o cumprimento do descrito acima será necessário:

- a) Instalações do centro em um local estratégico com um espaço aceitável;
- b) Capacitar recursos humanos suficientes e competentes para a gerência do centro;
- c) Preparação dos guias, que saibam falar as línguas estrangeiras no caso de participantes estrangeiros;
- d) Redução das avultadas exigências feitas pelas autoridades tradicionais, assim como o acesso fácil para todas as camadas sociais;
- e) Criação do Centro Interpretativo e mapas facilitadores para o acesso aos locais históricos, ilustrando a sua real importância.
- f) Recriação histórica dos episódios mais representativos da História Local.

6 CONCLUSÃO

Depois do estudo feito sobre a criação de um centro para palestras, debates e conferências sobre a valorização dos locais históricos no município da Caála, concluiu-se que:

Os locais históricos, quer sejam naturais ou artificiais, são estruturas simbólicas e também comemorativas e não necessariamente para uma utilização funcional. Os monumentos, ou seja, locais históricos são construídos com o duplo propósito: servem para comemorar um acontecimento importante, ao mesmo tempo que servem para homenagear uma figura de uma determinada sociedade.

A valorização dos locais históricos, constitui objecto de saber da História. Sua origem não remonta necessariamente a um acto de lembrança, são considerados como testemunhas de um passado revisitado pela História. São testemunhos da realidade de um passado que se consumou.

É importante salvaguardar o papel das autoridades tradicionais na conservação dos monumentos e sítios históricos no município da Caála, visto que representam o património cultural material e imaterial. A sua importância é imprescindível e amplamente digna de reconhecimento, promoção e protecção, pois, representam a memória colectiva e as manifestações culturais.

Sobre o tema em estudo, comprovou-se que há insuficiência bibliográfica referente à valorização dos locais históricos do Município, e de uma abordagem mais aprofundada do mesmo, o que de certa forma motivou-nos a darmos o nosso contributo para o enriquecimento bibliográfico.

Quanto ao inquérito por entrevista, a maior parte dos estudantes inquiridos têm um conhecimento razoável sobre o tema, devido à falta de divulgação dos locais históricos por parte das autoridades tradicionais e o ministério da cultura em particular. Razão que nos motivou a aprofundar a investigação com o objectivo de mudar o défice que a camada estudantil apresenta.

Os monumentos, sítios e locais históricos têm sido, em grande parte, elementos fundamentais para a caracterização de um povo, eles guardam a memória de um passado comum, transmitido de geração em geração. Urge a necessidade de salvaguardar esses locais para se continuar o legado. Baseando-se nas observações feitas, constatou-se que os locais

históricos no Município da Caála, merecem cuidados. Esses locais são importantes

para todos nós, cuidá-los é garantir o progresso da sociedade e permitir que as próximas gerações os possam contemplar.

Os objectivos da pesquisa foram alcançados, de modo que foi possível estudar o actual estado dos locais históricos da Caála, com maior ênfase dos já classificados a Património Nacional. Por meio da pesquisa bibliográfica e pelo questionário, podemos entender que há muito que se fazer para uma melhor divulgação dos locais históricos do Município.

Portanto é através de trabalhos de pesquisa e de educação patrimonial no caso de palestras, debates, e conferências, que a comunidade terá acesso ao conhecimento do seu passado, para que a partir de então, aprenda a valorizá-lo e respeitá-lo. O património cultural pertence à comunidade que produziu os bens culturais que o compõem. Não se pode pensar em protecção de bens culturais senão houver interesse da própria comunidade. Se a sociedade souber valorizar o seu património, terá dado um grande passo para garantir o bem-estar social e a emancipação cultural das gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, J. História de Angola, alguns subsídios para o seu estudo. Luanda: Kilombelombe. 2016.
- ALFREÜ, Sauvy;. Da Provisão demográfica, a previsão económica. —Idem., Janeiro-Junho de, pag. 129. 1959.
- ANDRADE, F. K.; JOSÉ, C. G. Turismo Cultural: Conceituação, Fontes de Crescimento e Tendências. Turismo - Visão e Ação - vol. 9 - n.2 p. 185-198. Maio /Agosto, 2007.
- ANTÓNIO, F. A. Transformação Urbana de Cidades de Angola. Proposta Para Melhoramento de Bairros Periféricos Degradados. (Caso de Estudo, Cidade do Huambo, Bairro São Pedro). UPC.2014.
- ASHWORTH, G. J.; TUNBRIDGE, J. E. The Tourist-Historic City – Retrospect and Prospect of Managing the Heritage City. Amsterdam: Pergamon. 2000.Instituto Piaget para tradução Portuguesa 2021.
- BARBOSA, L. L. C. Monumentos Históricos e a Cultura Local: Um Olhar Sobre o Complexo Cultural São Francisco. 62f. Monografia. UEPB. João Pessoa –PB, 2014.
- BARRETO, M. Planeamento e Organização em Turismo. Sao Paulo: Papirus. 2006.
- BURR. V. An introduction to social constructionism. London: Routledge.1995.
- CASTELLS, M. A Questão Urbana. Ed. Paz e Terra 4ª ed. São Paulo 2000.
- CRAVEIRO, F. M. S. Educar Para a Preservação do Património Cultural: Uma Proposta de Um Roteiro Pedagógico Através do Património Medieval de Lisboa. F.C.S.H. Lisboa, 2011.
- CRAVEIRO, F. M. S. Educar Para a Preservação do Património Cultural: Uma Proposta de um Roteiro Pedagógico Através do Património Medieval de Lisboa. F.C.S.H. Lisboa, 2011.
- DEGLINOMINI, L. S. Uso da Memória como Meio de Preservação da História e da Cultura. UFSM. Brasil, 2014.
- ERNEST, Greenwood. Métodos de Investigação empírica em Sociologia. p. 313.

2017.

GARCIA, S. Bengo: Transcrição da intervenção da Autoridade Tradicional. Em: Ministério da Administração do Território (ed). 1º Encontro Sobre Autoridade Tradicional em Angola (p.37-38). Luanda: Editora Nzila. 2004.

GIORGIO, M. — Os Estudos Demográficos e a Política da população da América Latina "Revista Bras. de Estatística" Julho-Dez_ pag. 117. 1959.

GRZEBIELUCKAS, C. et al. Estratégia de Diversificação: Conceitos, Motivos e Medidas. III Encontro de Estudos em Estratégia. 1-16. São Paulo, 2007.

GTPHA. Patrimônio Histórico: Como e Por Que Preservar. 3ª edição. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

GUEDES, A. Uma articulação entre o Estado e as «Autoridade Tradicionais»? – Limites na congruência entre os direitos do Estado e os direitos «Tradicionais» em Angola. Em Diogo. 2008.

GUILLAUME, Marc, La politique du patrimoine. Paris: Editions Galilée. 1980.

GUILLAUME, Marco – A Política do Património. 1ª ed. Porto: Campo das Letras, 2003.

KANDJO, J S. Métodos para Investigação Histórica. p.6. 2021.

MANGALA, André Nzinga Gaspar. O Contributo das Autoridades Tradicionais na Afirmação como Poder Local em Angola. O caso particular do Ambriz (2015 – 2017). 15 de Junho de 2018.

MASSUANGANHE, J. O poder local, as autoridades tradicionais e a reforma da governação local: as relações do poder e os desafios no quadro da descentralização. Revista Justiça do Direito. v. 1. 2:111-155. 2012.

MAT. Ministério da Administração do Território, 2004.

MEDEIROS M. C.; SURYA, L. A Importância da Educação Patrimonial para a Preservação do património. anpuh – xxv Simpósio Nacional de história – Fortaleza, 2019.

MENESES, M. & Lopes, J. As Autoridades Tradicionais em Luanda. Em: M. Mariae L. Júlio (orgs.) – “O Direito fora do Direito: Instâncias extras-judiciais de resolução de conflitos em Luanda”. Coimbra: Edições Almedina.2012.

MIGUEL, J. Poder local público e as Autoridades Tradicionais em Angola, caso particular do Cunene – Dissertação de Mestrado em Gestão Autárquica. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências – ISEC. 2014.

MORFAUX, M. M. e LEFRANC, J. Novo Dicionário da Filosofia e das Ciências Humanas. Lisboa: Instituto Piaget; 2005.

MUMFORD, L. Cidade na História. 4ª ed. A. Livraria Martins Fontes Editora. São Paulo 1998.

NDJANDJA Cristina. O papel das autoridades tradicionais na conservação dos monumentos e sítios históricos e naturais no município de Caluquembe. Lubango pp.6-7. 2022.

NETO, T. J. A. S. História da Educação e Cultura de Angola: Grupos Nativos, Colonização e a Independência. Corridos Artes Gráficas – ALPIARÇA. 2010.

NOGUEIRA, MC.; GUARESCHI, N. O dilema das opções epistemológicas em Psicologia Social. In., org. Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 220-253.2008.

OLIVEIRA, C. M. S. Em Torno do Uso Turístico do Património Histórico: O Caso da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre (Cabedelo - PB). Veredas - Revista Científica de Turismo Ano I. N° 1. 2002.

PESELA, Teodoro. Os Encantos do percurso histórico da cidade da Caála. p.9 2021.

PIFFER, I. C; MONTEIRO, C. A Escrita da História: Estudo da História E Memória da Colonização de Toledo. Governo do Estado Paraná, 2012.

PIFFER, I. C; MONTEIRO, C. A Escrita da História: Estudo da História E Memória da Colonização de Toledo. Governo do Estado Paraná, 2012.

PLATRG, O poder local das Autoridades Tradicionais, Reforma da governação local as relações do poder e os desafios no quadro da descentralização. p.22, 2022.

PRAÇA, Marco António Martins. A Valorização do Património na Gestão do Território – o caso de Olhão Abril, 2014.

PRAXIS, P.A cidade entre projectos e políticas. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, SOC/13151. 30 de Junho de 2003.

RODRIGUES, F. Caála, Memória de de uma Comunidade. 2008.

SANTOS, B; VAN-DÚNEN, J. Sociedade e Estado em Construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola. Coimbra: Edições Almedina. 2012.

SEARA, FILHO. G. Apontamentos de introdução à educação ambiental. **Revista Ambiental**, ano 1, v. 1, p. 40-44, 1987.

SURYA, L.; MEDEIROS, M. A Importância da educação patrimonial para a preservação do património. 2009.

APÊNDICES

Apêndice 01 - Grémio do Milho da Caála.



Fonte: (Autoria, 26.06.2023).

Apêndice02 - O Milho da Caála. Símbolo da Rainha do milho, principal renda económica da região.



Fonte: (Autoria, 26.06.2023).

Apêndice 03 - Pedra Nganda



Fonte: (Autoria, 26.06.2023)

Apêndice 04 - Pedra Kawe.



Fonte: (Autoria, 26.06.2023)

ANEXOS

Santuário de Nossa Senhora do monte, nos dias atuais. No cimo do Monte Mbandjela



Fonte: www.hoteisangola.com. Acesso aos 14 de Junho, 2023. 11h:22.



DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Este inquérito faz parte de um estudo que se pretende realizar no âmbito da conclusão da licenciatura em História, no Instituto Superior Politécnico da Caála, com o tema: Proposta para a criação de um centro para palestras, debates e conferências sobre a valorização dos locais históricos.

Agradeço que colabore, respondendo as perguntas, porque as suas respostas são, para este trabalho, de extrema importância.

Sexo

Masculino Feminino

Idade

18 – 25 Anos

26 – 30 Anos

31 – 40 Anos Mais de 41 Anos

Qual é o estado actual dos locais históricos do município da Caála?

Bom Mau

Há intervenção das autoridades tradicionais nos locais históricos?

Sim Não

Às vezes

A construção de um centro de palestras, debates e conferências contribuirá para a valorização dos locais históricos?

Sim

Não

A inexistência de um centro para palestras e debates é uma das causas da desvalorização dos locais históricos?

Sim

Não

A valorização dos locais históricos da Caála, tem um impacto no crescimento da economia?

Sim

Não